

Iniciado em	terça-feira, 26 mar. 2024, 12:49
Estado	Finalizada
Concluída em	terça-feira, 26 mar. 2024, 12:51
Tempo empregado	2 minutos 44 segundos
Avaliar	0,00 de um máximo de 35,00(0%)

Questão 1

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, marque a alternativa incorreta:

- a. São tipos de ato de improbidade administrativa: os que importam enriquecimento ilícito, os que causam prejuízo ao erário e os que atentam contra os princípios da administração pública.
- b. A Lei de Improbidade Administrativa não diferencia a gravidade dos tipos de ato de improbidade administrativa indicados na assertiva acima.
- c. Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público.
- d. A existência de uma Lei de Improbidade Administrativa não impede que outras condutas de improbidade sejam previstas em outras leis.
- e. O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

A resposta correta é: A Lei de Improbidade Administrativa não diferencia a gravidade dos tipos de ato de improbidade administrativa indicados na assertiva acima.



Questão 2

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, marque a alternativa incorreta:

- a. É possível que, em determinadas hipóteses, ato praticado contra o patrimônio de entidade privada possa ser enquadrado como improbidade administrativa.
- b. O fato de uma função ser exercida de modo transitório não impede que uma pessoa seja considerada agente público para fins da Lei de Improbidade Administrativa.
- c. Só pelo fato de uma função ser exercida de modo gratuito não implica em não caracterizar seu ocupante como agente público, uma vez que a Constituição da República veda o trabalho não remunerado.
- d. A Lei de Improbidade Administrativa por vezes poderá ser aplicada inclusive a pessoas que não são agentes públicos, como nos casos em que tal pessoa induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.
- e. A ação para aplicação das sanções da Lei de Improbidade Administrativa prescreve em 8 anos.

A resposta correta é: Só pelo fato de uma função ser exercida de modo gratuito não implica em não caracterizar seu ocupante como agente público, uma vez que a Constituição da República veda o trabalho não remunerado.

Questão 3

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, marque a alternativa correta:

- a. Caso o Tribunal de Contas aprove as contas de determinado órgão administrativo, estará afastada, por presunção absoluta, a possibilidade de caracterização de ato de improbidade administrativa.
- b. Se não for comprovado efetivo dano ao patrimônio público, ou seja, efetivo prejuízo quantificável, não poderá ser caracterizado ato de improbidade administrativa.
- c. Apenas o rol de legitimados na Lei de Improbidade Administrativa podem oferecer representação narrando possível ato de improbidade.
- d. O prazo de prescrição de 8 anos, contado da data do conhecimento do fato pelo Estado, não se interrompe em nenhuma hipótese.
- e. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

A resposta correta é: A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Questão 4

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a assertiva incorreta:

- a. É inconstitucional a lei estadual que preveja o arquivamento de materiais genéticos de nascituros e parturientes, em unidades de saúde, com o fim de realizar exames de DNA comparativo em caso de dúvida.
- b. É compatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais.
- c. É necessário que a União e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) executem e implementem atividade de proteção territorial nas terras indígenas, independentemente de sua homologação.
- d. A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustrate outra reunião no mesmo local.
- e. É constitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.



A resposta correta é: É compatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais.

Questão 5

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre as disposições da Constituição Federal de 1988 e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias acerca dos povos indígenas e de outras comunidades tradicionais, assinale a assertiva incorreta:

- a. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.
- b. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
- c. São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
- d. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua propriedade permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- e. É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

A resposta correta é: As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua propriedade permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Questão 6

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).



São direitos fundamentais expressamente previstos na Constituição Federal de 1988, exceto:

- a. O direito à propriedade.
- b. O direito à proteção dos dados pessoais.
- c. O direito à felicidade.
- d. O direito à vida.
- e. O direito à igualdade.

A resposta correta é: O direito à felicidade.

Questão 7

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre o Ministério Público brasileiro, assinale a assertiva incorreta:

- a. O Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- b. Dentre as funções institucionais do Ministério Público está a de promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
- c. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- d. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- e. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis.

A resposta correta é: O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis.

Questão 8

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a assertiva incorreta:

- a. Há um estado de coisas inconstitucional no sistema carcerário brasileiro, responsável pela violação massiva de direitos fundamentais dos presos, o que demanda a atuação cooperativa das diversas autoridades, instituições e comunidade para a construção de uma solução satisfatória.
- b. É constitucional a reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta.
- c. É inconstitucional norma estadual que, a pretexto de legislar sobre os direitos das pessoas com deficiência (PcD), restringe o conceito de PcD estabelecido na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como contraria regras gerais sobre o tema previstas na lei federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- d. É exigível o consentimento de pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo por igual necessária a autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes ou de familiares, em caso de pessoas falecidas ou ausentes.
- e. Os prazos da licença-adotante não podem ser inferiores aos prazos da licença-gestante, o mesmo valendo para as respectivas prorrogações.



A resposta correta é: É exigível o consentimento de pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo por igual necessária a autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes ou de familiares, em caso de pessoas falecidas ou ausentes.

Questão 9

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre o poder de polícia, de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa incorreta:

- a. O exercício do poder de polícia e a autoexecutoriedade dos atos administrativos não impedem a administração pública de ingressar em juízo buscando chancela para a prática de ato que poderia ser efetivado pelo ente público independentemente de ordem emanada pelo Poder Judiciário.
- b. O IBAMA possui o dever-poder de fiscalizar e exercer poder de polícia diante de qualquer atividade que ponha em risco o meio ambiente, apesar de a competência para o licenciamento ser de outro órgão público. É que, à luz da legislação, a competência para licenciar não se confunde com a competência para fiscalizar.
- c. É inconstitucional a delegação do poder de polícia a pessoas jurídicas de direito privado que façam parte da administração pública indireta dos entes federativos.
- d. É constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente previstas.
- e. As autarquias profissionais detêm poder de polícia para fiscalizar as profissões regulamentadas, inclusive no que diz respeito à cobrança das anuidades respectivas e à aplicação de eventuais sanções por descumprimento às normas relativas aos regimes jurídicos pertinentes a essas profissões.

A resposta correta é: É inconstitucional a delegação do poder de polícia a pessoas jurídicas de direito privado que façam parte da administração pública indireta dos entes federativos.

Questão 10

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).



Sobre a intervenção do estado na propriedade, assinale a alternativa correta:

- a. Ainda que ausente tombamento sobre determinado bem, o Ministério Público Federal pode atuar com a finalidade de preservá-lo e, inclusive, pode ajuizar ação civil pública para que o Poder Judiciário declare o seu valor cultural.
- b. Compete à União, aos Estados e aos Municípios desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.
- c. Não é possível que Municípios e Estados tombem bens da União, considerando a incidência do princípio da hierarquia federativa.
- d. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, sendo descabida indenização ulterior, mesmo que haja dano, ante a aplicação do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.
- e. Não é possível que o Poder Legislativo, mediante lei, determine o tombamento de bem que possua valor histórico e cultural, tendo em vista que o tombamento é instituto de exercício privativo do Poder Executivo, que o implementa pela via do processo administrativo.

A resposta correta é: Ainda que ausente tombamento sobre determinado bem, o Ministério Público Federal pode atuar com a finalidade de preservá-lo e, inclusive, pode ajuizar ação civil pública para que o Poder Judiciário declare o seu valor cultural.

Questão 11

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre os bens públicos, assinale a alternativa incorreta:

- a. Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.
- b. As terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas são bens públicos dominicais da União.
- c. As terras devolutas não compreendidas entre as da União pertencem aos Estados.
- d. A desafetação torna o bem público passível de alienação, nas condições previstas em lei.
- e. Os bens públicos não podem ser penhorados em juízo para a garantia de execução por quantia certa contra a fazenda pública, devendo ser observada a sistemática constitucional dos precatórios.

A resposta correta é: As terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas são bens públicos dominicais da União.

Questão 12

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre o controle da administração pública, assinale a alternativa correta:

- a. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Senado Federal, mediante controle interno, e pelo sistema de controle externo de cada Poder.
- b. O Conselho Federal e os Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil estão obrigados a prestar contas ao Tribunal de Contas da União e a qualquer outra entidade externa.
- c. O Tribunal de Contas da União pode determinar a desconsideração da personalidade jurídica, de forma a alcançar o patrimônio de pessoas físicas ou jurídicas envolvidas na prática de atos lesivos ao patrimônio público, desde que respeitadas as garantias do devido processo administrativo.
- d. As decisões do Tribunal de Contas da União que resultem imputação de débito ou multa não terão eficácia de título executivo.
- e. O Tribunal de Contas da União julga as contas apresentadas pelo Presidente da República.

A resposta correta é: O Tribunal de Contas da União pode determinar a desconsideração da personalidade jurídica, de forma a alcançar o patrimônio de pessoas físicas ou jurídicas envolvidas na prática de atos lesivos ao patrimônio público, desde que respeitadas as garantias do devido processo administrativo.

Questão 13

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Em 2024, João foi condenado definitivamente por crime de furto praticado em 2022. Considerando que o salário-mínimo, em 2024 e 2022, corresponde respectivamente a R\$ 1.412,00 e R\$ 1.212,00, o valor máximo da pena de multa que poderia ter sido imputada a João, desconsiderando a incidência de consectários legais, equivale a:

- a. R\$ 436.320,00
- b. R\$ 2.181.600,00
- c. R\$ 2.541.600,00
- d. R\$ 6.544.800,00
- e. R\$ 7.624.800,00

A resposta correta é: R\$ 6.544.800,00

Questão 14

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

A fim de dar cumprimento à mandado de busca e apreensão, a Polícia Federal adentrou no domicílio de Maria. Inconformada com o ingresso em sua residência, Maria, com animus necandi, disparou arma de fogo contra o policial Pedro. Contudo, em razão da inabilidade de Maria, Pedro não foi atingido, tendo o projétil alvejado superficialmente o policial Carlos, o qual sofreu apenas uma escoriação, classificada como lesão corporal leve. Nessa situação, Maria responderá por:

- a. lesão corporal leve culposa.
- b. lesão corporal leve dolosa.
- c. homicídio doloso tentado em concurso formal com lesão corporal culposa.
- d. homicídio culposo tentado em concurso formal com lesão corporal dolosa.
- e. homicídio doloso tentado.



A resposta correta é: homicídio doloso tentado.

Questão 15

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Márcia, servidora da Receita Federal, prestou auxílio a Felipe, quando este tentava ingressar no Brasil após ter adquirido 200 iPhones no Paraguai. Em decorrência da intervenção de Márcia, Felipe adentrou o território nacional sem recolher qualquer tributo. Nessa situação:

- a. Márcia pratica crime passível de suspensão condicional do processo.
- b. O crime praticado por Felipe não terá se consumado enquanto a Receita Federal não constituir definitivamente os tributos a serem recolhidos.
- c. Embora tenha praticado infração penal, caso Felipe, após o seu ingresso no Brasil, pague integralmente os valores devidos, a punibilidade será extinta.
- d. É inadmissível o reconhecimento da atipicidade material em relação a Felipe, ainda que diminuto o valor do tributo devido.
- e. Se, em vez de ingressar no Brasil, Felipe tivesse, na posse de 200 iPhones adquiridos no Brasil, deixado o território nacional sem recolher tributos, o agente não estaria sujeito à pena de multa criminal.

A resposta correta é: Se, em vez de ingressar no Brasil, Felipe tivesse, na posse de 200 iPhones adquiridos no Brasil, deixado o território nacional sem recolher tributos, o agente não estaria sujeito à pena de multa criminal.

Questão 16

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

No aeroporto de Manaus/AM, Roberta, durante procedimento de revista para ingresso na área de embarque/desembarque, foi flagrada portando 23kg de cocaína. Ao verificar o bilhete aéreo de Roberta, os agentes aeroportuários observaram que ela partira de Bogotá, capital da Colômbia, tendo como destino Curitiba/PR, com escala em Manaus/AM. Nessa situação:



- a. É o caso de incidência simultânea das majorantes da transnacionalidade e interestadualidade.
- b. A competência territorial para julgamento é da Seção Judiciária de Curitiba.
- c. Para fazer jus à regra do art. 33, §4º, da Lei 11.343/43, Roberta deverá, dentre outros requisitos, comprovar que não integra organização criminosa.
- d. É prescindível a demonstração da fundada suspeita de que Roberta portasse objetos ilícitos ou estivesse em situação flagrancial, caso os entorpecentes tenham sido apreendidos durante procedimento padrão de revista do aeroporto.
- e. Em razão do delito praticado, Roberta, caso condenada, deverá ser encaminhada a estabelecimento penitenciário federal.

A resposta correta é: É prescindível a demonstração da fundada suspeita de que Roberta portasse objetos ilícitos ou estivesse em situação flagrancial, caso os entorpecentes tenham sido apreendidos durante procedimento padrão de revista do aeroporto.

Questão 17

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário, competindo-lhe, exceto:

- a. receber a comunicação imediata da prisão, nos termos do inciso LXII do caput do art. 5º da Constituição Federal.
- b. receber a denúncia ofertada pelo Ministério Público.
- c. receber o auto da prisão em flagrante para o controle da legalidade da prisão, observado o disposto no art. 310.
- d. zelar pela observância dos direitos do preso, podendo determinar que este seja conduzido à sua presença, a qualquer tempo.
- e. ser informado sobre a instauração de qualquer investigação criminal.

A resposta correta é: receber a denúncia ofertada pelo Ministério Público.

Questão 18

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

No que diz respeito à competência penal, assinale a alternativa incorreta.

- a. Nos casos de exclusiva ação privada, a competência será sempre do lugar da infração.
- b. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- c. Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumar fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.
- d. São situações de se firmar a competência pela prevenção quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, bem como quando ocorre a prática de infração continuada ou permanente, realizada em território de duas ou mais jurisdições.
- e. Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.

A resposta correta é: Nos casos de exclusiva ação privada, a competência será sempre do lugar da infração.

Questão 19

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Cabe recurso em sentido estrito, exceto:

- a. Da decisão que não receber a denúncia.
- b. Da decisão que julgar procedente a alegação de litispendência.
- c. Da decisão que julgar procedente a alegação de suspeição.
- d. Da decisão que pronunciar o réu.
- e. Da decisão que julgar procedente a alegação de coisa julgada.

A resposta correta é: Da decisão que julgar procedente a alegação de suspeição.

Questão 20

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

São crimes que admitem prisão temporária, exceto:

- a. homicídio culposo.
- b. sequestro ou cárcere privado.
- c. roubo.
- d. extorsão.
- e. estupro.


A resposta correta é: homicídio culposo.

Questão 21

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC):

- a. Para parcela expressiva da doutrina, pode ser classificado como negócio jurídico bilateral, formal, celebrado sob regime de Direito Público, mas com incidência de algumas normas do Direito Civil, a exemplo dos vícios de consentimento, que podem fundamentar eventual ação anulatória do TAC.
- b. É ato jurídico unilateral, formal e solene, celebrado sob regime de Direito Público, a ele não se aplicando os institutos próprios do Direito dos Contratos, como os vícios de consentimento.
- c. É passível de anulação, caso a parte prejudicada comprove ter celebrado o TAC em estado de perigo, vício de consentimento em que uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta. 
- d. Pode ser celebrado mediante condição resolutiva, de modo que, enquanto esta não se verificar, o interessado não terá adquirido o direito.
- e. É negócio jurídico formal e solene. Por conseguinte, a validade do TAC está condicionada à observância da forma escrita e a eficácia se subordina à homologação pelo Poder Judiciário.

A resposta correta é: Para parcela expressiva da doutrina, pode ser classificado como negócio jurídico bilateral, formal, celebrado sob regime de Direito Público, mas com incidência de algumas normas do Direito Civil, a exemplo dos vícios de consentimento, que podem fundamentar eventual ação anulatória do TAC.

Questão 22

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

No tocante à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a alternativa correta:

- a. A LINDB autoriza o chamado non liquet, de modo que, havendo lacuna normativa, é lícito que o juiz julgue o processo extinto sem resolução do mérito.
- b. O artigo 5º da LINDB ("Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.") representa exceção ao princípio da legalidade.
- c. O princípio da segurança jurídica, expresso na LINDB desde a sua redação original, está expressamente consignado no artigo 30 ("As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas."). Porém, a norma acima transcrita não é aplicável ao Poder Judiciário, nem ao Ministério Público, mas somente ao Poder Executivo.
- d. O Código de Processo Civil de 2015 derogou algumas normas de Direito Internacional Privado previstas na LINDB.
- e. A LINDB veda o reenvio de segundo grau, mas permite o reenvio de primeiro grau.

A resposta correta é: O Código de Processo Civil de 2015 derogou algumas normas de Direito Internacional Privado previstas na LINDB.

Questão 23

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Assinale a alternativa que retrata o entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca do bem de família (Lei nº 8.009/90):

- a. É possível a penhora do bem de família do devedor solidário no contrato de locação, uma vez que o devedor solidário se equipara ao fiador.
- b. O terreno, cuja unidade habitacional ainda está em fase de construção, mesmo que para fins de residência, não pode ser considerado bem de família.
- c. É válida a penhora do bem de família do fiador apontado em contrato de locação de imóvel, seja residencial ou comercial.
- d. O fato de o devedor ter dado o imóvel em garantia representa uma renúncia à impenhorabilidade do bem de família.
- e. O STJ pacificou o entendimento de que é possível a penhora de bem de família adquirido com o produto do crime ou para a execução de sentença penal condenatória (ressarcimento, indenização ou perdimento de bens), mesmo antes do trânsito em julgado.

A resposta correta é: É válida a penhora do bem de família do fiador apontado em contrato de locação de imóvel, seja residencial ou comercial.



Questão 24

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Em relação ao microsistema processual coletivo, em conformidade com a legislação nacional e o entendimento jurisprudencial, marque a alternativa errada:

- a. A tutela coletiva de direitos abrange interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.
- b. O processo coletivo é aquele que versa sobre uma situação jurídica coletiva, desde que haja multiplicidade de partes nos polos processuais.
- c. O microsistema processual coletivo admite a adoção de técnicas conciliatórias e a elaboração de negócios jurídicos, mas o órgão do Ministério Público não pode fazer concessões que impliquem renúncia aos direitos ou interesses discutidos.
- d. Em regra, a sentença coletiva só produz efeitos na esfera individual se for procedente.
- e. A relação entre o Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015) e o microsistema de tutela coletiva de direitos configura um diálogo de dupla via, pois há uma influência recíproca entre os referidos ramos processuais.

A resposta correta é: O processo coletivo é aquele que versa sobre uma situação jurídica coletiva, desde que haja multiplicidade de partes nos polos processuais.

Questão 25

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Acerca da competência cível da Justiça Federal e da atuação do Ministério Público Federal, identifique a alternativa incorreta:

- a. A natureza da competência da Justiça Federal é constitucional e taxativa (artigo 109 da CF/1988), não admitindo extensão pela via infraconstitucional.
- b. As ações propostas pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Estadual (em regime de litisconsórcio) deverão ser ajuizadas na Justiça Federal, com base no artigo 109, I, da CF/1988;
- c. A presença da União em um dos polos da relação processual atrai a competência da Justiça Federal e impõe a intervenção do Ministério Público Federal como fiscal da ordem jurídica.
- d. As demandas propostas em face da União poderão ser ajuizadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda, ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.
- e. A Emenda Constitucional 45/2004 introduziu no texto constitucional o Incidente de Deslocamento de Competência (IDC) para a Justiça Federal, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, cabendo ao Procurador-Geral da República suscitar o expediente.

A resposta correta é: A presença da União em um dos polos da relação processual atrai a competência da Justiça Federal e impõe a intervenção do Ministério Público Federal como fiscal da ordem jurídica.

Questão 26

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Considerando o princípio do acesso à justiça/jurisdição (artigo 5º, inciso XXXV, da CF/88) e as disposições do Código de Processo Civil, marque a alternativa incorreta:

- a. Nos casos em que haja ameaça ou iminência de ato ilícito, o ordenamento jurídico brasileiro admite o ajuizamento de demanda de cunho inibitório, independentemente da existência de um dano pretérito.
- b. A tutela provisória configura um mecanismo para redistribuição do ônus do tempo entre as partes de uma relação processual, podendo ser fundamentada na urgência ou na evidência.
- c. A tutela provisória de evidência tem como requisitos a probabilidade do direito e o perigo da demora.
- d. Nos casos em que for impossível ou excessivamente onerosa a demonstração de determinado fato, o CPC/2015 autoriza a distribuição dinâmica do ônus probatório.
- e. Em ação para fornecimento de medicamentos, o Juízo pode determinar o bloqueio e sequestro de verbas públicas em caso de descumprimento da decisão.

A resposta correta é: A tutela provisória de evidência tem como requisitos a probabilidade do direito e o perigo da demora.

Questão 27

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC), na jurisprudência dos Tribunais Superiores e nas funções institucionais do Ministério Público (artigos 127 e 129 da Constituição), assinale a alternativa errada:

- a. O CDC adota, em regra, um modelo de responsabilidade objetiva e solidária dos fornecedores pelos danos causados aos consumidores.
- b. O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores.
- c. O conceito de consumidor abrange qualquer pessoa física ou jurídica que adquira produto ou serviço, sendo irrelevante a destinação que for dada ao produto ou serviço.
- d. O fato de o serviço prestado ser gratuito não exclui, por si só, a relação de consumo, pois a expressão “mediante remuneração”, contido no art. 3º, § 2º, do CDC, deve ser interpretada de forma ampla, de modo a incluir o ganho indireto do fornecedor.
- e. O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras.



A resposta correta é: O conceito de consumidor abrange qualquer pessoa física ou jurídica que adquira produto ou serviço, sendo irrelevante a destinação que for dada ao produto ou serviço.

Questão 28

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre o sistema consumerista e a ordem econômica (artigo 170 da Constituição Federal), indique a assertiva incorreta:

- a. Os requisitos para a revisão dos contratos de consumo são menos rígidos que aqueles firmados na seara cível, visto que o CDC presume a vulnerabilidade do consumidor.
- b. A Constituição Federal de 1988 (CF/1988) autoriza que o Estado atue na ordem econômica de forma direta (atuação empresarial do Estado) e indireta (atuação regulatória), buscando compatibilizar o postulado da livre iniciativa com a intervenção social em matérias essenciais.
- c. A função social da propriedade, adotada pela Constituição Federal como princípio da ordem econômica, fundamenta a impossibilidade de desapropriação para fins de reforma agrária dos imóveis rurais considerados produtivos.
- d. A Lei 12.529/2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) e dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, atribui a titularidade dos bens protegidos pelo SBDC à coletividade.
- e. No Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), a atuação do Ministério Público Federal restringe-se ao envio de comunicações para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) sobre a prática de possíveis infrações contra a ordem econômica, não havendo previsão legal de manifestação do MPF nos processos administrativos que tramitam perante a autarquia.

A resposta correta é: No Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), a atuação do Ministério Público Federal restringe-se ao envio de comunicações para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) sobre a prática de possíveis infrações contra a ordem econômica, não havendo previsão legal de manifestação do MPF nos processos administrativos que tramitam perante a autarquia.

Questão 29

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).



Sobre o direito eleitoral na Constituição Federal de 1988, assinale a assertiva correta:

- a. A cassação de direitos políticos é excepcional, ocorrendo nas hipóteses taxativamente previstas na Constituição Federal de 1988, como no caso de condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
- b. É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições proporcionais, vedada a sua celebração nas eleições majoritárias.
- c. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral, pela Ação de Impugnação de Mandato Eletivo, no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou uso indevido dos meios de comunicação social.
- d. O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de sessenta anos.
- e. A Ação de Impugnação de Mandato Eletivo tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

A resposta correta é: A Ação de Impugnação de Mandato Eletivo tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

Questão 30

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em matéria eleitoral, assinale a assertiva incorreta:

- a. É permitida a realização de "showmícios" em campanha eleitoral.
- b. A ausência do título de eleitor no momento da votação não constitui, por si só, óbice ao exercício do sufrágio.
- c. É válido o cancelamento do título do eleitor que, convocado por edital, não comparecer ao processo de revisão eleitoral.
- d. O instituto da "candidatura nata" é incompatível com a Constituição Federal de 1988.
- e. A perda do mandato em razão de infidelidade partidária não se aplica a cargos eletivos majoritários.

A resposta correta é: É permitida a realização de "showmícios" em campanha eleitoral.

Questão 31

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Maristela, administradora do zoológico Bicho Feliz, deseja obter a prorrogação da licença ambiental do precitado empreendimento, razão pela qual formalizou o seu pleito perante o órgão ambiental XYZ. Nessa situação:

- a. Maristela poderá dar continuidade ao funcionamento do zoológico Bicho Feliz enquanto não houver manifestação conclusiva do órgão ambiental XYZ.
- b. A competência licenciadora do órgão ambiental XYZ impede que outros integrantes do SISNAMA fiscalizem o zoológico Bicho Feliz.
- c. Caso o zoológico Bicho Feliz sofra condenação criminal por ilícito ambiental, a extinção da pessoa jurídica, sem a constatação de fraude, ocasionará a extinção da punibilidade.
- d. Na seara ambiental, a responsabilidade penal do zoológico Bicho Feliz, diferentemente da responsabilidade civil e administrativa, possui caráter subjetivo.
- e. Eventual oferecimento de denúncia contra o zoológico Bicho Feliz deverá também incluir Maristela no polo passivo.

A resposta correta é: Caso o zoológico Bicho Feliz sofra condenação criminal por ilícito ambiental, a extinção da pessoa jurídica, sem a constatação de fraude, ocasionará a extinção da punibilidade.



Questão 32

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Durante deslocamento no mar territorial brasileiro, a embarcação Enigma, a qual carregava grande carga de substância tóxica, naufragou. José, pescador artesanal, ficou impossibilitado de pescar por 6 meses em razão da mortandade de peixes provocada pelo naufrágio. Nessa situação:

- a. José detém pretensão indenizatória em face do(a) proprietário(a) da embarcação Enigma, pretensão esta que, dada a natureza do direito tutelado, é imprescritível.
- b. O fator de atração do interesse federal é a dominialidade do bem afetado.
- c. Se o(a) proprietário(a) da embarcação Enigma comprovar que restaurou integralmente o meio ambiente ao status quo ante, será inviável a sua condenação em danos materiais, ainda que seja possível imputar-lhe o pagamento de danos morais coletivos.
- d. A Caixa Econômica Federal, dentre outros, possui legitimidade ativa para o ajuizamento de ação civil pública visando à reparação do dano narrado.
- e. Não seria admissível a celebração de termo de ajustamento de conduta com o(a) proprietário(a) da embarcação Enigma, porquanto os direitos violados são indisponíveis.

A resposta correta é: O fator de atração do interesse federal é a dominialidade do bem afetado.

Questão 33

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Em relação à teoria geral dos direitos humanos, é incorreto afirmar que:

- a. A dignidade da pessoa humana configura um dos principais fundamentos para afirmação histórica dos direitos humanos, pois sustenta uma visão antiutilitarista das relações sociais ("o ser humano como fim em si mesmo").
- b. Embora gozem de uma posição de centralidade na construção dos ordenamentos jurídicos constitucionais e internacionais, os direitos humanos são dotados de relatividade no caso concreto (caráter não absoluto dos direitos humanos).
- c. O controle de convencionalidade consiste no processo de verificação da compatibilidade de uma norma ou prática interna em face do Direito Internacional dos Direitos Humanos.
- d. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os Tratados de Direitos Humanos podem apresentar status supralegal ou constitucional (artigo 5º, §3º, da CF/88).
- e. Não cabe ao Ministério Público Federal analisar a compatibilidade de uma norma ou prática interna em face do Direito Internacional dos Direitos Humanos, pois se trata de uma função exclusiva do Poder Judiciário.



A resposta correta é: Não cabe ao Ministério Público Federal analisar a compatibilidade de uma norma ou prática interna em face do Direito Internacional dos Direitos Humanos, pois se trata de uma função exclusiva do Poder Judiciário.

Questão 34

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

No que se refere à atuação do Ministério Público na defesa de grupos vulneráveis, indique a afirmativa falsa:

- a. A atuação do Ministério Público na prevenção e na repressão da violência doméstica e familiar contra a mulher independe da orientação sexual da vítima e deve respeitar a identidade de gênero da pessoa ofendida, razão pela qual abrange casais homoafetivos e mulheres trans.
- b. As instituições de ensino (públicas ou privadas) devem garantir um modelo de educação inclusiva às pessoas com deficiência, vedada, para tal fim, a cobrança de valores adicionais em suas mensalidades, anuidades e matrículas.
- c. Não se enquadram no conceito de discriminação racial as medidas especiais tomadas com o objetivo de assegurar o progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos, inclusive porque inexistente fundamento sociológico/antropológico para a tese do "racismo reverso".
- d. A intervenção do Ministério Público Federal nos processos que envolvam direitos dos Povos Indígenas (artigo 232 da CF/1988) somente se justifica nos casos de populações isoladas ou de recente contato.
- e. Segundo o Supremo Tribunal Federal, as condutas homofóbicas e transfóbicas representam uma modalidade contemporânea de racismo, razão pela qual podem configurar as infrações penais previstas na Lei nº 7.716/1989 (que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor).

A resposta correta é: A intervenção do Ministério Público Federal nos processos que envolvam direitos dos Povos Indígenas (artigo 232 da CF/1988) somente se justifica nos casos de populações isoladas ou de recente contato.

Questão 35

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).



Em relação aos direitos individuais e sociais (artigos 5º e 6º da CF/1988), assinale a formulação falsa:

- a. É inconstitucional lei municipal/estadual que proíba a divulgação de material com referência à "ideologia de gênero" nas escolas municipais/estaduais.
- b. É viável que o Ministério Público ajuíze demanda judicial para obrigar a administração pública a manter quantidade mínima de medicamento em estoque, pois a separação dos poderes e a reserva do possível não são limites intransponíveis ao controle jurisdicional das políticas públicas.
- c. O Supremo Tribunal Federal admite a recusa dos pais ou responsáveis à vacinação de criança ou adolescente por motivo de convicção filosófica.
- d. A inexistência de um endereço fixo ou de referência não deve ser utilizada como fundamento para a privação da liberdade da pessoa em situação de rua.
- e. As políticas públicas que visam à garantia do direito ao trabalho dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais devem ser elaboradas após a realização de consulta prévia, livre e informada junto às referidas populações.

A resposta correta é: O Supremo Tribunal Federal admite a recusa dos pais ou responsáveis à vacinação de criança ou adolescente por motivo de convicção filosófica.